

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16907 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 03 - Educação Popular e Movimentos Sociais

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E PRÁTICAS DECOLONIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Anelise de Oliveira Rodrigues - UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Sidinei Pithan da Silva - UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Nairana Becker Vergutz - UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E PRÁTICAS DECOLONIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

RESUMO: Este estudo visa destacar a importância da Educação Intercultural e das Práticas Decoloniais na perspectiva da Educação do Campo. A metodologia baseia-se em uma pesquisa exploratória secundária, ancorada em uma abordagem qualitativa. Os resultados indicam que a Educação Popular, e a Educação do Campo são essenciais para uma educação contextualizada e emancipadora nas áreas rurais. Além disso, evidenciam que a interculturalidade e as práticas decoloniais são abordagens essenciais para promover o diálogo entre diferentes culturas e questionar as estruturas de poder na educação. Conclui-se que, apesar dos desafios enfrentados, como resistência institucional e falta de formação docente, a interculturalidade e as práticas decoloniais representam uma oportunidade para reconfigurar a educação, tornando-a mais inclusiva e significativa para as comunidades camponesas, contribuindo para uma educação justa, igualitária e comprometida com o bem-estar coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Decolonialidade. Interculturalidade. Educação Popular.

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a importância da educação intercultural e das práticas decoloniais na perspectiva da Educação do Campo. Aborda a necessidade de promover uma educação que reconheça a diversidade cultural das comunidades rurais, estabelecendo um diálogo entre diferentes saberes e valorizando as identidades locais. Além disso, apresenta a perspectiva decolonial como um enfoque teórico que questiona as estruturas de poder e dominação presentes na educação, buscando desconstruir as hierarquias impostas pela colonialidade do poder e do saber. Por meio de uma análise crítica, demonstra como a interculturalidade e as práticas decoloniais podem contribuir para uma educação mais inclusiva, emancipatória e contextualizada.

A Educação Popular é uma abordagem pedagógica que visa promover a participação ativa das

pessoas em seu próprio processo de aprendizagem e na transformação de suas realidades. Já a Educação do Campo é um enfoque educacional específico direcionado às populações rurais. Ela reconhece as particularidades e desafios enfrentados pelas comunidades agrícolas, pecuaristas e de áreas rurais e tem por objetivo promover aprendizagens em sintonia com suas especificidades.

Ambas as propostas, buscam a organização coletiva, a participação dos movimentos populares e o respeito ao contexto social. Esses elementos são compreendidos como fundamentais para a promoção de uma educação de qualidade, de cunho libertador e que acolha a todos indistintamente.

METODOLOGIA:

Este estudo utilizou uma metodologia exploratória de abordagem qualitativa, centrada em uma pesquisa secundária. O processo de seleção das fontes foi conduzido criteriosamente, buscando materiais relevantes que abordassem os temas da Educação Intercultural, Práticas Decoloniais e Educação do Campo, incluindo documentos oficiais, dissertações, teses, artigos acadêmicos e material bibliográfico. A coleta de dados foi realizada em base de dados acadêmicos digitais, como Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) — Portal de Periódicos da CAPES, PubMed, Scopus e Google Scholar, utilizando descritores pertinentes ao tema, como também, em arquivos institucionais e publicações governamentais.

Após a seleção dos materiais, foi realizada uma análise crítica e comparativa dos textos, identificando conceitos-chave, debates teóricos, tendências emergentes e suas aplicações específicas na Educação do Campo. A partir dessa análise, foram elaborados os argumentos e conclusões apresentados no texto, visando destacar a importância desses temas na perspectiva da Educação do Campo e suas implicações para uma educação integradora.

DISCUSSÃO E RESULTADOS:

A EDUCAÇÃO POPULAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação é um processo essencial e constituinte na vida das pessoas, pois só ela consegue proporcionar transformações de âmbito individual e coletivo e se tornar prática social relevante em cenários de novas realidades. Dessa forma, considerando diferentes contextos, culturas e subjetividades, cabe pensar uma esfera da educação que por muito tempo foi invisibilizada ou esquecida: a Educação Popular na perspectiva da Educação do Campo.

A Educação Popular emerge de uma alternativa político-pedagógica e surge no seio das organizações sociais, a qual se defronta com os projetos educacionais estatais, que não sustentam nem representam os interesses da população (Gadotti & Torres, 2003). Destarte, a Educação Popular tem Paulo Freire como referência. Ele destaca como característica desta área: a mobilização, a capacitação e a organização das classes populares, sendo elas científicas e técnicas (Freire & Nogueira, 1993). Na visão freiriana, a Educação Popular é um direito de todos, e pode acontecer tanto dentro quanto fora da escola (Freire, 2018).

É notável que a Educação Popular não implica somente em uma prática social, mas também cultural. Através dela é possível vislumbrar uma educação emancipadora, que vive e pensa seus sujeitos, suas práticas, valorizando-os. Já a Educação do Campo é um movimento que busca, de maneira reflexiva, intervir, teorizar, problematizar e reconhecer qualitativamente múltiplos significados dos povos rurais, sendo eles: sociais, históricos, éticos, culturais e políticos (Arroyo et al., 2017).

A partir da década de 1930, o Brasil sentiu os efeitos da crise relativa ao ciclo do capitalismo, e, em conjunto com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), deu-se a passagem de um país agrário exportador para um país industrial, ascendendo a necessidade de mão de obra e provocando o êxodo rural. As mudanças sociais e culturais fizeram com que o contexto educacional fosse repensado e as ações do Estado acerca da educação passaram a girar em torno da produção, longe das necessidades da população e em torno do controle em massa. A partir destes adventos a conjuntura do processo educacional passou a ter cunho popular. Em seus princípios, a Educação Popular, distintamente da educação tradicional, passou a “compreender e englobar essa perspectiva de ação/reflexão a partir dos temas geradores/sociais” conjuntamente com os novos quadros teóricos-metodológicos que orientam “a epistemologia e a ciência contemporânea” (Silva, 2019, p. 31).

Um dos avanços para a Educação Popular foi o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, documento criado em 2014, de âmbito federal (Brasil, 2014). A adoção das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo representou um avanço significativo em relação à Educação Rural. A Educação do Campo, especialmente a partir do Parecer 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDBEN (Brasil, 1996), assume uma proposta muito mais articulada e contextualizada da escola com a vida do campo. Esses parâmetros manifestam que a Educação Popular e a Educação do Campo possuem uma relação consolidada. As matrizes de ambas, tanto nas questões práticas quanto teóricas, se difundem, pois elas intencionam a transformação da realidade, e partem, do movimento epistemológico, para tornar os sujeitos críticos, que se percebam como protagonistas do movimento da sociedade e da própria vida. Isso nos convida a buscar entender possíveis contribuições dos enfoques interculturais e decoloniais na Educação do Campo.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INTERCULTURALIDADE E PRÁTICAS DECOLONIAIS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo enfrenta desafios peculiares, pois as comunidades rurais têm identidades culturais próprias, vinculadas à terra, à agricultura e ao meio ambiente. A interculturalidade valoriza e respeita essa diversidade, promovendo um diálogo entre diferentes culturas e saberes, permitindo que práticas locais sejam integradas ao currículo escolar, o que contribui para uma aprendizagem significativa e crítica.

Silva et al. (2022, p. 13) defendem que a abordagem intercultural “parece ser possível a partir de uma via de reflexão radical acerca do conhecimento, a qual questione, a própria ciência e a filosofia, em suas restrições eurocêntricas e colonialistas”. Nessa ótica, a proposta intercultural requer uma práxis pedagógica dialógica e existencial, em que alunos e educadores sejam reconhecidos como agentes capazes de questionar e recriar os sentidos hegemônicos, que enaltecem determinadas categorias ou grupos em detrimento de outros. Essa práxis, fundamentada na valorização da igualdade, da diferença, da contingência, da crítica e da solidariedade, deve reconhecer o princípio da isonomia e fomentar a colaboração e

apoio mútuo. Nesse preâmbulo, o objetivo está em romper com formas identitárias fixas que estão presentes no ambiente educacional, e que contribuem para diminuir, discriminar e silenciar indivíduos diferentes, estranhos, não conformes aos padrões ou excluídos socialmente.

Para Walsh (2017) o pensamento decolonial abre horizontes para novas pedagogias, que “buscam plantar sementes, não dogmas ou doutrinas” (p. 62), e promove práticas educativas voltadas a descolonização do poder e centradas na emancipação. Para Silva e Canabarro (2022, p.130), “a estrutura de poder, constitutiva da colonização, impôs a dominação de saberes e crenças dos colonizadores, subalternizando, portanto, os conhecimentos e valores dos povos dominados pela colonização europeia na América Latina”. A ideia dos autores explora a importância da construção de um “saber decolonial” como alternativa para o reconhecimento das identidades dos sujeitos que ocupam diferentes espaços sociais e também, como uma resposta crítica à colonização histórica, que impôs sistemas de conhecimento e valores dominantes, subjugando culturas.

Então, na perspectiva da Educação do Campo, as práticas decoloniais são fundamentais para romper com o padrão de educação excludente e homogeneizante, permitindo que os estudantes rurais se reconheçam como sujeitos de direito e protagonistas em seus processos de aprendizagem. Portanto, pensar a diversidade inclui olhar as diferenças étnicas, raciais, de gênero, de sexualidade, classe social, geração, entre outras, que se entrelaçam no cenário rural e (re)conhecer os processos de resistência ao sistema capitalista heteropatriarcal, branco e eurocentrado. É dar lugar para o que foi posto à margem da invisibilidade e criar oportunidades para epistemologias e práticas historicamente marginalizadas. Embora a legislação brasileira aponte aspectos voltados à proteção e à valorização da cultura e modo de vida campesino, a violação dos direitos constitucionais, se torna evidente, quando nos deparamos com propostas pedagógicas urbanocêntricas, que reforçam a opressão imposta pelo sistema capitalista vigente.

Apesar das contribuições da interculturalidade e das práticas decoloniais, sua implementação enfrenta resistência por parte de estruturas educacionais tradicionais, por falta de formação sobre o tema e a ausência de materiais didáticos contextualizados. Contudo, é fundamental ressaltar que a interculturalidade e as práticas decoloniais representam uma oportunidade para fomentar a valorização das identidades culturais, tornando os estudantes agentes ativos em suas aprendizagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da Educação Popular e da Educação de Campo, busca-se promover uma educação mais inclusiva, emancipatória e contextualizada para as comunidades rurais, valorizando seus saberes e culturas, além de proporcionar um ensino mais colaborativo. A interculturalidade desempenha um papel crucial ao estabelecer um diálogo entre diferentes tradições, reconhecendo a diversidade e integrando as práticas locais ao currículo escolar fortalecendo a consciência cultural dos estudantes.

Por sua vez, a perspectiva decolonial questiona as estruturas de poder e colonização presentes na educação, buscando desconstruir as hierarquias e promover a revalorização dos saberes locais e tradicionais. A construção de um saber decolonial é um processo dinâmico, que envolve o reconhecimento das diferenças étnicas, raciais, de gênero e problematiza as desigualdades sociais e culturais e a preservação das epistemologias historicamente

marginalizadas.

Apesar dos desafios, como a resistência de estruturas educacionais tradicionais e a falta de formação adequada para os professores, a interculturalidade e as práticas decoloniais representam uma oportunidade para reconfigurar o sistema educacional, tornando-o mais inclusivo e significativo para as comunidades camponesas, além de contribuir para o enfrentamento dos desafios da globalização e para a constituição de uma sociedade mais justa e comprometida com a democracia.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. (5ª ed.). Petrópolis–RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. CASA CIVIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF–DF: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas**. 2014. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/marco_de_referencia_da_educacao_popular.pdf. Acesso em: 7 set. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática da educação popular**. 4 ed. Petrópolis: vozes, 1993.

GADOTTI, M.; TORRES, C. A. (orgs.). **Educação popular: utopia latino-americana**. Tradução Jaime Bizeh. 2. ed. Brasília: Ibama, 2003. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/educapopularutopia latinoamericanadigital.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

SILVA, S. P. d.; CANABARRO, I. D. S. Edgar Morin e a decolonialidade planetária: O pensamento complexo na reforma do pensamento na universidade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, 29(4), artigo <https://doi.org/10.18764/2178-2229v29n4.2022.63>. 2022. <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/20040>.

Acesso em: 2 dez. 2023.

SILVA, S. P. d.; COSSETIN, V. L. F.; CANABARRO, I. D. S. O currículo intercultural e decolonial no cenário do ensino superior brasileiro e latino-americano. **Cadernos Cajuína**, 7(2), artigo <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v7i2.573>. 2022. <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/573>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SILVA, S. P. d. **Educação popular e pensamento complexo na escola pública**: os saberes docentes em reconstrução na EJA. Curitiba: Appris, 2019.

WALSH, C. **Entretejiendo lo pedagógico y lo decolonial**: Luchas, caminos y siembras de reflexión-acción para resistir, (re)existir y (re)vivir. Abril Trigo, 2017. Disponível em: <https://alternativas.osu.edu/assets/files/ebooks/WALSH%20final%20compacto.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2023.